

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. Discussão de Projetos de Resolução

4.1. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução 1244/XIII/3.ª](#) (PSD) - Pelo início imediato das Obras de reparação na Escola Secundária de Alpendorada, no Concelho de Marco de Canaveses
- [Projeto de Resolução 1315/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda à imediata realização de obras na Escola Secundária de Alpendurada, no Marco de Canaveses

4.2. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1370/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo
- [Projeto de Resolução n.º 1424/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para a urgente reabilitação e requalificação da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo
- [Projeto de Resolução n.º 1465/XIII/3.ª](#) (PEV) - Reabilitação urgente da Escola Básica de Vallis Longus de Valongo
- [Projeto de Resolução n.º 1466/XIII/3.ª](#) (PCP) - Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo
- [Projeto de Resolução n.º 1470/XIII/3.ª](#) (PSD) - Pela urgente requalificação da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo

4.3. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1364/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire

- [Projeto de Resolução n.º 1374/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Secundária de Castro Daire, de modo a garantir dignidade a toda a comunidade escolar;
- [Projeto de Resolução n.º 1432/XIII/3.ª](#) (PEV) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Castro Daire

4.4. [Projeto de Resolução n.º 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes

5. Audiência à Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - 15h30

6. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias

- 6.1. [COM\(2018\)23](#) - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino
- 6.2. [COM\(2018\)50](#) - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, as Comité Económico e Social Europeu e ao Comité Das Regiões - Avaliação intercalar do programa Erasmus+ (2014-2020)

7. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

- 7.1. [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama
- 7.2. [Petição 398/XIII/3.ª](#) - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados
- 7.3. [Petição 440/XIII/3.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação da [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#)

8. Apreciação e votação da admissibilidade de petições

- [Petição n.º 467/XIII/3.ª](#) - [Solicitam a celebração de Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo que respeite o estipulado na Lei de Bases e o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.](#)
Número de Assinaturas: 5130
- [Petição n.º 490/XIII/3.ª](#) - Inclusão do voluntariado como opção no currículo escolar.
Número de Assinaturas: 1

9. Fixação de Redação Final

- **Apreciações Parlamentares n.ºs [58 \(PCP\)](#), [57 \(PSD\)](#), [60 \(BE\)](#) e [56 \(CDS-PP\)/XIII/ 3.ª](#) - ao Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, que «Aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança».**

10. Outros Assuntos

11. Data da próxima reunião

- 17 de abril de 2018, 10h00 – Audição de 12 entidades para apreciação do PJI 607/XIII – Auditório da Casa Amarela
- 17 de abril de 2018, 15h00 – Audição regimental do MCTES
- 17 de abril de 2018, a partir das 10h00 – Sessão nacional do Parlamento dos Jovens – Ensino Básico

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A reunião foi presidida pela Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), Vice-Presidente da Comissão.

A Senhora Vice-Presidente levou a votação a aprovação da proposta de ordem do dia, a qual foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

2. Aprovação da ata

Levada a votação a aprovação da ata n.º 113, de 3 de abril, foi a mesma aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa à Comissão

A Senhora Vice-Presidente informou a baixa à Comissão [Projeto de Resolução n.º 1460/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Propõe medidas de valorização do exercício de funções do Ensino Português no Estrangeiro, iniciativa esta que baixou à Comissão em conexão com a 2.ª Comissão.

Dada a palavra ao Grupo Parlamentar proponente, a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) solicitou que fosse pedida a redistribuição do referido projeto à 2.ª Comissão, por se tratar de matéria da competência desta comissão e por pretenderem a discussão conjunta com o [Projeto de Resolução n.º 1457/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Propõe o acesso gratuito à plataforma eletrónica "Escola Virtual" para o Ensino do Português no Estrangeiro (EPE).

Assim, e face à ausência de oposição, foi deliberado solicitar a redistribuição da iniciativa à 2.ª Comissão.

3.2. Pedido de Audiência Técnicos Superiores FCT, IP

A Senhora Vice-Presidente informou que a Comissão recebem um pedido de audiência dos Técnicos Superiores FCT, IP, subscrito por 97 técnicos relativamente à decisão da FCT abrir procedimentos concursais para a celebração de contratos com os Bolseiros BGCT, ao abrigo do DL n.º 57/2016 de 29 de agosto, e que considerando o facto de não se tratar de uma entidade com representação nacional, de acordo com os procedimentos da Comissão, a mesma deveria ser concedida no formato de deputado-piloto, cabendo ao Grupo Parlamentar do PS.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) pediu a palavra para informar que o seu Grupo Parlamentar indicaria, posteriormente, o respetivo deputado.

3.3. Pedido de Audiência ANAV - Associação Portuguesa das Escolas de Navegadores de Recreio

A Senhora Vice-Presidente informou que foi recebido um pedido de audiência da ANAV para expor as suas objeções ao Projeto de Regulamento da Náutica de Recreio.

Levado à ponderação dos Senhores Deputados a satisfação deste pedido, os mesmos consideraram que este versava sobre matérias da competência da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, tendo sido deliberado proceder à sua remessa àquela Comissão, para os devidos efeitos.

3.4. [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama - **Ofício de representante do Colégio e dos peticionários (concelhia do CDS-PP)**

A Senhora Vice-Presidente informou que esta petição foi admitida em 11/10/2017, tendo sido solicitados pedidos de informação à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Norte, e ao Agrupamento de Escolas de Mirandela, através do Gabinete do Ministro de Educação, com vista à obtenção da sua pronúncia. Após insistência dos serviços, foi obtida resposta da Câmara Municipal de Mirandela e do Ministro da Educação.

Ainda assim, os peticionários insistem na obtenção de pronúncia da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Norte - e do Agrupamento de Escolas de Mirandela.

Ora, nos termos da Lei de Exercício do Direito de Petição, a Comissão, para exame e instrução da petição pode solicitar as informações que entender necessárias e apreciará as respostas nos termos que entender adequados. No caso concreto, tendo sido solicitado ao Ministro da Educação que obtivesse a pronúncia das duas entidades em causa, que estão sujeitas à direção do mesmo, e tendo sido obtida a pronúncia do Gabinete do Senhor Ministro sobre a petição, justificando a opção de política educativa tomada, com base no estudo de rede anual, foi proposto que se deliberasse que, atendendo aos poderes atribuídos à Comissão, se considera a resposta do Gabinete do Senhor Ministro da Educação é suficiente para instruir o processo de apreciação da petição ou se entende ser necessário reiterar o pedido de pronúncia das duas entidades, que estão sujeitas à direção do Ministro.

Dada a palavra à Senhora Deputada Manuela Tender (PSD) esta apelou ao facto de ter sido aprovado em reunião a realização das consultas em falta, parecendo adequado o pedido que os peticionários formulam de obtenção de uma resposta, considerando, estes, que a resposta do Ministério da Educação não substitui a resposta daquelas entidades. Assim, pede que sejam reiterados os pedidos de informação e que se contacte diretamente com as instâncias.

A Senhora Deputada Maria Augusta dos Santos (PS) expôs que foi já pedida a pronúncia destas entidades e reiterados os pedidos em questão. Informou que o Ministro da Educação respondeu

com base em respostas prestadas por estas entidades, por se tratar da entidade que tutela quer a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares e o Agrupamento de Escolas em questão. Assim, referiu que o seu Grupo Parlamentar considera que a resposta dada pelo Gabinete do Ministro de Educação é de ser tida como suficiente.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) pediu a palavra para referir que as duas posições são contrárias, mas que ainda assim considera que seria conveniente respeitar-se a opinião da Senhora Deputada Relatora, independentemente da opinião do Grupo Parlamentar do PS.

Por não ter havido oposição à proposta de reiteração dos pedidos de informação, foi determinado reiterar os mesmos, com vista à obtenção de uma resposta efetiva.

3.5. Café de Ciência

A Senhora Vice-Presidente informou que no próximo dia 11 de abril, a partir das 18h, iria ocorrer o Café de Ciência, subordinado ao tema “O destino dos dados”. Informou, ainda, que o Café de Ciência no Salão Nobre, estando atualmente inscritos 30 pessoas.

4. Discussão de Projetos de Resolução

4.1. Discussão conjunta dos [Projetos de Resolução 1244/XIII/3.ª](#) (PSD) - Pelo início imediato das Obras de reparação na Escola Secundária de Alpendorada, no Concelho de Marco de Canaveses, e [1315/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda à imediata realização de obras na Escola Secundária de Alpendurada, no Marco de Canaveses.

Participaram no debate os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas Germana Rocha (PSD), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Fernando Jesus (PS), Luís Monteiro (BE) e Ana Mesquita (PCP). A informação da discussão encontra-se disponível nas páginas das referidas iniciativas.

4.2. Discussão conjunta dos [Projetos de Resolução n.º 1370/XIII/3.ª](#) (BE) - Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo; [1424/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para a urgente reabilitação e requalificação da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo; [1465/XIII/3.ª](#) (PEV) - Reabilitação urgente da Escola Básica de Vallis Longus de Valongo; [1466/XIII/3.ª](#) (PCP) - Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo; e [Projeto de Resolução n.º 1470/XIII/3.ª](#) (PSD) - Pela urgente requalificação da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo.

Participaram no debate os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas Luís Monteiro (BE), Pedro Mota Soares (CDS-PP), José Luís Ferreira (PEV), Ana Mesquita (PCP) e Germana Rocha (PSD) A informação da discussão encontra-se disponível nas páginas das referidas iniciativas.

4.3. Discussão conjunta dos [Projetos de Resolução n.º 1364/XIII/3.ª](#) (PSD) - Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire; [1374/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Secundária de Castro Daire, de modo a garantir dignidade a toda a comunidade escolar; e [1432/XIII/3.ª](#) (PEV) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Castro Daire.

Foi determinado adiar a discussão destas iniciativas.

4.4. [Projeto de Resolução n.º 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) pediu o adiamento da discussão, uma vez que a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) se encontrava a presidir a reunião, tendo sido determinado por consenso dos Grupos Parlamentares presentes o adiamento da discussão.

5. Audiência à Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - 15h30

A Senhora Vice-Presidente cumprimentou a delegação presente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), cuja identificação completa se encontra disponível na [página da Comissão](#), e informou da grelha de tempos disponível para a audiência solicitada.

Artur Sequeira começou a exposição dizendo que existe uma clara falta de diálogo com o Ministério da Educação, nomeadamente após a publicação da [Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro](#), designada por Portaria dos Rácios.

Esta Portaria mantém-se economicista e não responde às necessidades efetivas dos trabalhadores da escola.

Ao mesmo tempo, referiu que a Secretária de Estado Adjunta e da Educação disse que iria abrir um concurso para estes trabalhadores integrarem na carreira, o que não se verificou até à presente data, sendo certo que, todos os anos letivos, estes profissionais são forçados a concorrer a concursos, com termo certo e, muitas vezes, a tempo parcial, para que não haja necessidade de pagar o subsídio de almoço.

Sublinhou, depois, a necessidade de se intervir em dois aspetos, a necessidade de integração destes técnicos numa carreira, identificando como situação melhor do que a atual, a que resultava da carreira dos Assistentes de Ação Educativa, tendo a Senhora Secretária de Estado referido que a competência para discussão da carreira dos assistentes operacionais era da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e não do Ministério; e a municipalização da educação, caracterizando este processo como pernicioso para educação. Referiu que a escola é universal e que este processo apenas contribuirá para que a escola progrida a velocidades diferentes, fundamentando com o facto de as Câmaras Municipais terem condições económicas diferentes, e exemplificando com a distribuição gratuita de manuais, de iniciativa municipal, que tem contribuído para agravar desigualdades.

E concluiu, dizendo que os trabalhadores devem ser contratados para as escolas, atendendo às necessidades da escola e às funções que irão desempenhar, não se adequando, *a priori*, neste perfil, o trabalhador municipal que exerceu funções, p.ex. num cemitério.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) começou por referir que as questões expostas não são novas, e que é sabido que faltam auxiliares e assistentes técnicos na escola pública. Apontou, como causa para esta falta, a reversão operada por este Governo no que respeita ao horário semanal de 40 horas. Acresce que esse mesmo Governo, terá elaborado um estudo donde resulta uma carência de cerca de 3.020 funcionários, condenando a escola pública a esta realidade quando contratam 300, e abrem concurso para mais 1.500 funcionários.

Referiu, assim, que o exercício deste Governo é no prejuízo da escola pública, realçando que o Orçamento de Estado não contempla qualquer verba com vista ao reforço destes funcionários. Mencionou, ainda, concordar que as carreiras da Administração Pública carecem de uma grande reforma, e que quando se encontrarem reunidas as condições para tanto, poderá eventualmente ser ponderada a criação de carreiras especiais.

Por fim, informou ser um municipalista convicto, apontando a vantagem da proximidade às populações.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) destacou do discurso de Artur Sequeira a questão da falta de pessoal, da precariedade laboral e da descentralização.

No que respeita à falta de pessoal, começou por dizer que não é correto, nem sério, abordar esta questão à luz do que está a acontecer atualmente, sem pensar no que aconteceu no passado, passado esse que fez com que as nossas escolas ficassem desprovidas de pessoal. Sublinhou que o seu Grupo Parlamentar está empenhado em melhorar substancialmente a vida das escolas, e o seu dia-a-dia, implicando um atenção redobrado sobre o pessoal docente e não docente, sobre os alunos e as suas famílias. Saliu que o Governo está a fazer todos os possíveis com vista à vinculação destas pessoas e ao reforço do seu número, e ainda com vista à motivação de todos os recursos humanos afetos à escola.

Quanto à precariedade, reportou-se ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, e ao descongelamento das carreiras, dois fatores que contribuem para a melhoria das competências nas escolas.

Por fim, no que respeita à descentralização, evidenciou que a escola pública e o poder local foram dois dos casos de sucesso e de vitória no pós 25 de abril. Em consequência, referiu que não podemos ter medo dos casos de sucesso a nível da descentralização, e que devemos confiar na autonomia da escola pública e dos próprios municípios. E concluiu, dizendo que só com confiança e com um diálogo permanente é que será possível avançar na construção da escola pública.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que todos conhecem os vários problemas ao nível do pessoal docente e de funcionários, e que desde a Troika que desapareceram cerca de 31 mil trabalhadores. A Senhora Deputada referiu que, a que questão que importa colocar é o que falta fazer. Admitiu que a nova Portaria dos Ráeios não resolve, ainda, o problema, nomeadamente a questão das baixas, por se tratar do problema mais real e sensível. Outro problema identificado é as novas contratações, porque ao mesmo tempo que corre um concurso para vinculação ao Estado, este mesmo Estado contrata a termo novos funcionários, quando o que devia era abrir concursos para novos vínculos.

Referiu que o seu Grupo Parlamentar não se esquece da aprovação da [Resolução da Assembleia da República n.º 36/2018, de 7 de fevereiro](#), que visava a reposição das carreiras dos operações e a recuperação das carreiras no essencial.

Por fim, referiu que partilha das mesmas preocupações, ao nível da municipalização.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que o atraso no procedimento de renovação dos contratos destes funcionários levou a uma certa descontinuidade que impediu a contagem para efeitos de vinculação, com graves prejuízos para estes funcionários. Informou que na última audição regimental do Ministro da Educação colocaram a questão da falta cíclica de assistentes operacionais, não tendo havido qualquer resposta, o que não augura nada de bom para o próximo ano letivo.

Quanto à transferência de competências, referiu que o seu Grupo Parlamentar ainda está a apreciar o diploma sectorial sobre a matéria, mas evidenciou que no passado recente os contratos interadministrativos que foram celebrados têm tido bons resultados e que seria necessário, ainda, avaliá-los.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o seu Grupo Parlamentar fez força para que Portaria dos Rácios fosse alterada, mas que ainda assim continuar a existir uma grande falta de assistentes operacionais e de assistentes técnicos nas escolas. Evidenciou, também, a grande precarização deste tipo de trabalhadores junto das escolas, o que gera uma grande instabilidade. Informou que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou o [Projeto de Resolução n.º 1171/XIII/3.ª](#) - Recomenda a valorização dos Trabalhadores não Docentes da Escola Pública, projeto este que foi rejeitado, mas que continuam a considerar que existem tarefas específicas e que tal justifica a existência da devida formação.

Também abordou a questão do envelhecimento dos trabalhadores, sendo uma questão urgente a resolver.

Por fim, e no que respeita à municipalização, referiu que o seu Grupo Parlamentar acompanha todas as preocupações, lembrando os exemplos da América do Sul e do Reino Unido, que levaram abertura de uma porta à privatização, potenciadora de desigualdades.

Artur Sequeira tomou da palavra para dizer, em resposta ao Senhor Deputado Pedro Alves (PSD), que resolver este problema por via do retrocesso social, reportando-se à questão do horário de trabalho, não é uma forma de resolução do problema.

Sublinhou, depois, que o Grupo Parlamentar do PS tinha todas as condições para fazer uma política diferente e resolver este problema, estando a ir à velocidade que é possível, conforme referido pela Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS), velocidade esta não adequada à resolução do problema.

Voltou a realçar que não é correto a abertura de concurso para a contratação a termo de 1.500 trabalhadores, quando estamos a falar de necessidades permanentes.

No que respeita à descentralização, reportou-se ao caso de Vila Franca de Xira em que a Câmara tem recorrido à ajuda das Instituições Particulares de Solidariedade Social para combater a falta de pessoal, exemplificando ainda com o caso de Vila Velha de Rodão e Tavira. Afirmou, de seguida, que a descentralização de competências tem de ser feita com responsabilidade.

Reiterou que o Grupo Parlamento do PS tem condições para fazer mais do que o que está a fazer.

Insistiu, novamente, no facto de a Portaria de Rácios não ser suficiente, e que a questão do descongelamento das progressões não corresponder a um aumento de remuneração, apelando, assim, à necessidade de revisão das tabelas remuneratórias, por existir um grande desequilíbrio. Terminou, referindo que não devem ser misturados conceitos: salários são salários, carreiras são carreiras.

A audiência foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

6. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias

6.1. [COM\(2018\)23](#) - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino

Na ausência da Senhora Deputada Joana Mortágua (BE), foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) para expor o relatório em questão, tendo o mesmo procedido a uma breve exposição.

Assim, foi levada a votação a aprovação do referido relatório, tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6.2. [COM\(2018\)50](#) - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité Das Regiões - Avaliação intercalar do programa Erasmus+ (2014-2020)

Na ausência do Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), foi dada a palavra à Senhora Deputada Susana Amador (PS) para expor o relatório em questão, tendo a mesma procedido a uma breve exposição.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu a palavra para solicitar a alteração do relatório, uma vez que não parece correto, ao seu Grupo Parlamentar, que conste da parte respeitante à apreciação da iniciativa a recomendação proposta, em si. Referiu, ainda, ter dúvidas quanto alguns dos pontos do relatório, aos quais pediu que fossem votados de forma isolada.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) referiu que não estando presente o Senhor Deputado relator considerava abusivo aceitar, sem mais, as alterações propostas, pedindo que, em consequência, fosse adiada a votação do relatório.

Não tendo havido oposição à proposta de adiamento, foi determinado adiar o presente ponto.

7. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

7.1. [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama

7.2. [Petição 398/XIII/3.ª](#) - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados

7.3. [Petição 440/XIII/3.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação da [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#)

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD foi adiada a apreciação e votação dos relatórios finais das petições *infra* identificadas.

8. Apreciação e votação da admissibilidade de petições

- **[Petição n.º 467/XIII/3.ª](#)** - Solicitam a celebração de Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo que respeite o estipulado na Lei de Bases e o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

Levada a Votação da admissibilidade da petição, foi a mesma admitida por unanimidade, com os votos dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. Por se tratar de uma petição com 5130 assinaturas, foi determinada a sua distribuição ao Grupo Parlamentar do PS, tendo sido indicada como Deputada Relatora a Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS).

- **[Petição n.º 490/XIII/3.ª](#)** - Inclusão do voluntariado como opção no currículo escolar.

Levada a votação da admissibilidade da petição, foi a mesma admitida por unanimidade, com os votos dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. Por se tratar de uma petição com 1 assinatura, foi determinado não nomear relator e promover as consultas propostas pela nota de admissibilidade.

9. Fixação de Redação Final

- **Apreciações Parlamentares n.ºs [58 \(PCP\)](#), [57 \(PSD\)](#), [60 \(BE\)](#) e [56 \(CDS-PP\)/XIII/ 3.ª](#) - ao Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, que «Aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança».**

A Senhora Vice-Presidente comunicou que a Divisão de Apoio ao Plenário informou que «não foi solicitada em Plenário urgência para a redação final em causa, nem tão pouco apresentado e votado qualquer requerimento com vista à dispensa ou redução do prazo para reclamação contra inexactidões (de três dias úteis após a publicação em Diário da Assembleia da República do texto cuja redação final se encontre fixada), previsto no n.º 1 do artigo 157.º do Regimento. Assim, cumpre referir que este serviço teve em consideração a solicitação de urgência do PCP (abaixo), bem como a data marcada para a reunião da Comissão (amanhã), apresentando esta redação final no mais curto prazo possível. Todavia, em face do que é referido acima, ainda que a redação final seja fixada pela 8.ª Comissão na sua reunião de amanhã, o decreto em causa não poderá seguir para promulgação imediatamente após a sua assinatura pelo Senhor Presidente, ficando a aguardar o decurso do referido prazo de reclamação.», tendo questionado aos Grupos Parlamentares presentes se se queriam pronunciar sobre tal informação, não tendo havido manifestação de vontade por nenhum dos Grupos Parlamentares presentes.

Tendo sido levada a votação a proposta de redação final para as Apreciações Parlamentares n.ºs [58 \(PCP\)](#), [57 \(PSD\)](#), [60 \(BE\)](#) e [56 \(CDS-PP\)/XIII/ 3.ª](#) - ao Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, que «Aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança», foi a mesma aprovada pela unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Outros Assuntos

11. Data da próxima reunião

A Senhora Vice-Presidente informou que se encontra agendada para dia 17 de abril de 2018, às 10h00, a audição de 12 entidades para apreciação do Projeto de Lei n.º 607/XIII, que irá ser realizada no Auditório da Casa Amarela, e que se encontra prevista para as 15h a audição regimental do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Relembrou, ainda, que a partir das 10h00 de dia 17 de abril decorre na sala das Sessões a Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens, do Ensino Básico.

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de abril de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Passos
Fernando Jesus
José Luís Ferreira
Palmira Maciel
Pedro Mota Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Batista
Diogo Leão
Nilza de Sena
Porfírio Silva